



## **Conferência Ação Climática – Desafios Estratégicos**

**Alfândega do Porto**  
**28 de setembro de 2020**

### **Discurso do Ministro do Ambiente e da Ação Climática**

Se o mundo é vontade e representação – como sabem, a frase não é minha – sai desta conferência um notável caderno de encargos sob a forma como devemos encarar as nossas responsabilidades perante Portugal, a Europa e o Mundo, particularmente e já no próximo semestre, no qual iremos presidir à União Europeia.

No início era o ambiente. Redes de água. Redes de esgotos. Lixeiras que tinham de se transformar em aterros. Áreas protegidas. Um parque nacional, o do Gerês, que tem quase a minha idade.

As funções do ambiente eram três. Mais infraestruturas básicas para melhorar a saúde pública. Mais regras administrativas para o território. E saber dizer não. Saber dizer muitas vezes não pois o ambiente só tinha adversários. Suscitava simpatias no discurso, e promessas de última vez na prevaricação.



Hoje o ambiente é muito mais do que isso, nos temas, na geografia, no profundo impacto nas nossas vidas, na construção do nosso futuro – nele incluído a criação de riqueza e bem-estar, o absoluto respeito pelos ecossistemas, a aprendizagem dos limites dos sistemas naturais, a vastidão das consequências na nossa saúde, nos nossos modos de vida, nas guerras e conflitos, mas também nas promessas de futuro.

Saibamos reconhecer onde estamos.

Com um oceano que vai morrendo – como o demonstrou a última viagem do navio Sagres – com conflitos bélicos que crescem por disputa de recursos básicos para a vida, com refugiados climáticos, com compromissos para a redução de emissões, mas sem estes compromissos para a redução do uso de recursos ou para estancar a perda de biodiversidade, mas com uma Europa que afirma, já depois de Portugal o ter feito, que o motor da economia tem que ser o investimento na sustentabilidade.

Os novos domínios da luta são estes. A defesa clara dos limites que o nosso planeta suporta – neles incluídos os limites do bem-estar de cada uma das suas espécies e, entre elas, a nossa. Ao mesmo tempo, teremos de saber defender o nosso regime; o do estado de direito, da democracia plural, da livre escolha. Se os limites do planeta são determinados, caber dentro deles não é uma tarefa determinística. Aqueles que na sua radicalidade iluminada



assim pensam, também não vão bem, pois não é amanhã que a sociedade se vai transformar e todas as tentativas de o fazer “porque sim” redundaram no fracasso.

A tarefa é mesmo ciclópica e imprópria para Don Quixotes. Nem sempre os poetas têm razão. As “estradas largas” do Ruy Belo ou os “novos portos, novos tempos, novos rumos” do Raul de Carvalho não se encontram como projetos únicos nas sociedades.

O que nos espera, então, aqui, no tempo dos mortais?

- 1 – Definir metas e com elas as agendas que nos levam aos compromissos;
- 2 – Fazer os investimentos certos por forma a estancar a crise climática, garantido com estes o bem-estar e não a depressão;
- 3 – Construir uma nova agenda cidadã baseada na informação e cultura ambiental
- 4 – Apoiar quem mais precisa, sejam países mais pobres ou famílias mais carenciadas, e nunca lhes roubar o futuro.
- 5 – Ser responsável, no mundo, na europa, em Portugal, no nosso comportamento individual e nunca olhar os outros com a desconfiança do Sartre, esses outros que nunca parecem fazer bem as coisas. Às vezes, só às vezes, sentir a culpa pode ser uma boa razão para fazer melhor.

Irei estruturar estas cinco ideias e depois, iremos embora.



## Definir Metas

A esquerda, a minha esquerda, gosta muito da frase “o caminho faz-se caminhando” do poeta Machado. Confesso-vos. Eu não gosto nada. Acho mesmo que quem não sabe para onde vai tem uma enorme probabilidade de se perder. E é por isso que o nosso ministério tem tantas agendas e todas elas com objetivos claros e quantificados. As metas da neutralidade e o que elas implicam a cada década (menos 50% de emissões em 2030); as da incorporação de renováveis na eletricidade (80 % em 2030); a incorporação de gases renováveis (5% em 2030); mobilidade terrestre eletrificada (30% em 2030). Vamos acabar em 5 anos com os subsídios perversos para o ambiente. Vamos montar em 3 anos um sistema para a recolha e destino final de biorresíduos (custa 500 milhões de euros e já está financiado).

Poderia dar muitos mais exemplos, pois não sabemos fazer no meu ministério de outra forma. O método do “temos que” ou “havemos de” dá bons discursos, mas não entrega resultados.

O que não se mede, não se pode gerir, e a política é mesmo gestão e prestação de contas.

É em torno destas metas que nos encontramos a definir os consensos necessários com os setores, e vamos no bom caminho. O ano passado, a



europa reduziu as suas emissões em 4,3%; em Portugal a redução foi de 8,5%, isto num ano em que a nossa economia cresceu mais do que a média europeia.

### Fazer os investimentos necessários

O RNC 2050 já nos apresentou a conta. Ser neutro em carbono implica um investimento extra de dois mil milhões de euros em cada ano e em prol da ação climática. Recordo que em Portugal a Formação Bruta de Capital Fixo atinge normalmente os 30 mil milhões por ano, por isso, o objetivo é exigente, mas é concretizável.

Mas estes são os números de partida. O que vamos conseguir nos próximos seis anos, com o apoio dos instrumentos da recuperação é muito superior a estes números. As verbas de Bruxelas a que temos direito são de 1,5 mil milhões por ano. O Fundo ambiental cerca de quinhentos milhões. Ou seja, só os apoios públicos já atingem a nossa meta, o que significa que ela será largamente ultrapassada.

Estes investimentos têm de privilegiar a mobilidade urbana sustentável, a política da paisagem e a remuneração de serviços de ecossistemas, a eficiência energética de edifícios, uma pequena revolução no sistema de



recolha de resíduos já que ninguém quer mais aterros. Olhem, nós também não.

Estas verbas terão de financiar projetos plurais e integrados que conjuguem a sustentabilidade, o mar, a cultura, a defesa, a investigação num pentágono virtuoso, mas também gerar emprego direto nas empresas com a bio-economia, a circularidade dos recursos, os novos processos sem carbono e que usem gases renováveis.

### Uma nova cultura ambiental

Combater, sem apresentar alternativa, as instituições é uma outra forma de populismo. Tal como a administração tem de ser aberta e fazer as pontes necessárias com a vida cá fora, aprendendo com os criativos e os comprometidos com a causa da sustentabilidade e estes são cada vez mais, peço a todos que confiem nas instituições ambientais que, no limite, eu represento. Eu explico com um exemplo. Diz que a Secil quer aumentar uma pedreira na Arrábida, obrigando a que um plano de um parque natural seja revisto. Claro que isto nunca irá acontecer enquanto eu for Ministro, e quero acreditar que depois também não. Mas o que me revolta é que a notícia é logo pontuada por uma distinta ambientalista que não tem dúvida em afirmar, se estão a pensar assim, já alguém lhes deu garantias. A vida



ensinou-me que quem suscita a venalidade dos outros está mesmo disponível para ser venal. É inaceitável o comentário da distinta ambientalista que explora o imediatismo e a fruta da época noticiosa para fragilizar as instituições. Isto não é uma contribuição para uma maior cultura ambiental.

Esta cultura faz-se cada vez mais nos bancos das escolas e tem de ser muito reforçada. Onde engenheiros terão de aprender a não colocar novos produtos no mercado sem conhecer com rigor o seu expectável ciclo de vida. Onde os projetistas de edifícios reduzem ao mínimo a incorporação de novos materiais. Onde os economistas e os gestores aprendem que a economia do futuro não pode ter como base o lucro, mas a racionalidade da suficiência. Onde os juristas entendem que os crimes ambientais deverão ser punidos como os crimes contra a propriedade privada.

### Apoiar quem mais precisa

Não há sustentabilidade ambiental sem erradicar a pobreza, sem promover a igualdade de oportunidades e de género, sem combater o sofrimento animal, sem reconhecer que esta é uma questão global e se é fundamental o compromisso de cada país, este pode ser inútil se não for universal.



Em Portugal teremos de erradicar a pobreza energética, indo além do apoio social às tarifas e garantindo que a eletrificação e o bem-estar energético terão de chegar a todos.

Para isso, teremos 10 milhões no REACT para apoiar a eficiência energética e o autoconsumo das IPSS. Por isso, ainda este ano, apresentaremos a nossa estratégia para o combate à pobreza energética.

Por isso, teremos de conduzir políticas territorializadas que valorizem o capital natural e a promoção da biodiversidade do nosso país, pois de outra forma comprometeremos a nossa coesão interna. Às vezes, vem o verão e os incêndios, e os urbanos, vendo televisão, acham que Portugal tem território a mais. Pois não tem. Não nos sobra um metro quadrado, e valorizar a espantosa riqueza que resulta das nossas diversidades territoriais assegurando que nunca teremos territórios abandonados é mesmo uma política de matriz ambiental.

Manteremos também os apoios de cooperação do Fundo Ambiental com os países que falam português e outros em África e na América Latina, para resolver problemas concretos ou ajudar a desenhar e concretizar programas de descarbonização ou proteção do capital natural no qual estes países, para sua e nossa sorte, são pródigos.





## Ser responsável

Ser responsável em matéria ambiental é mesmo ser ambicioso, e essa vai ser essa a pedra de toque da nossa presidência da União Europeia. Vamos confirmar a neutralidade carbónica da Europa em 2050. Vamos garantir que um terço das verbas comunitárias serão dedicadas à ação climática. Vamos comprometer os países que mais beneficiarão do Fundo para Transição Justa com metas que correspondam aos benefícios que receberão. Vamos construir um compromisso europeu em matéria de proteção da biodiversidade com metas claras que vão muito para além de Aichi.

Vamos, à escala nacional, avaliar o impacto ambiental de todas as iniciativas legislativas. Promover o financiamento sustentável tornando as instituições financeiras uma alavanca de investimentos verdes.

A nossa visão é a de criar riqueza e bem-estar social a partir de projetos que beneficiem a redução de emissões, promovam a transição energética, a mobilidade sustentável, a circularidade da economia, a promoção da biodiversidade e a valorização do território.

A nossa Missão será a de garantir que os temas ambientais são comumente aceites como aqueles que melhor podem contribuir para a recuperação da economia e para o combate à pobreza, no curto prazo, e,



em simultâneo, construir uma sociedade mais justa e um território mais sustentável, no longo prazo.

E se vos falei há pouco na culpa como motor não desejável, mas possível, para a transformação social, posso garantir-vos, que se correr mal, a culpa é minha.

Muito obrigado.